



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Victor Mendes

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE 2015

(do Senhor Victor Mendes)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, sobre a auditoria nº 12534, realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS na Secretaria Municipal de Saúde de Pinheiro, Estado do Maranhão.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, arts 115, Inciso I, e 116, Inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações acerca dos procedimentos adotados com relação à auditoria de nº 12534, realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS, na Secretaria Municipal de Saúde de Pinheiro, no Estado do Maranhão.

Nos meses de julho e agosto de 2012, foi realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS, na cidade de Pinheiro (MA), uma auditoria com a finalidade de verificação de possíveis irregularidades nos recursos do SUS aplicados por aquela secretaria municipal de saúde.

O relatório final da auditoria apontou diversas irregularidades, como ausência de médicos, carga horária reduzida, distorções quantos as estruturas físicas de trabalho, médicos recebendo proventos sem possuir nenhum vínculo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Victor Mendes

com o SUS no município, contratação de cooperativas de médicos impedida de funcionar e outras tantas irregularidades e não conformidades.

Por fim, o relatório afirma que o Fundo Nacional de Saúde deveria adotar os procedimentos necessários visando à devolução de recursos no valor de R\$ 1.289.307,68 (um milhão duzentos e oitenta e nove mil trezentos e sete reais e sessenta e oito centavos), atualizados monetariamente e acrescidos de juro de mora, conforme Decreto nº 7.797, de 30/08/2012.

Assim, passados já 03 (três) anos da conclusão da referida auditoria questionamos:

- 1) Quais os dirigentes municipais foram responsabilizados?
- 2) Quais as providências práticas foram adotadas?
- 3) Com relação os médicos e funcionários da equipe de saúde, quais foram responsabilizados?
- 4) Foi ajuizada alguma ação em face dessas pessoas? Em caso positivo, qual a numeração e local de tramitação dos processos?
- 5) Algum valor já foi efetivamente devolvido aos cofres públicos?

Concluindo informamos que a auditoria teve o número de protocolo nº 25000.168766/2011-82 e abrangeu o período de janeiro de 2011 a junho de 2012.

Sala das Sessões em de de 2015.

Deputado VICTOR MENDES